



# DIRETRIZES DO PLANO DE AÇÃO

## Microrregião Nordeste

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão  
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

**REITOR UFES**

Paulo Sérgio de Paula Vargas

**REITOR IFES**

Jadir Jose Pela

**COORDENADOR REGIONAL**

Ednilson Silva Felipe

**EQUIPE****Pesquisadores de áreas temáticas**

Aline Marques Alves de Araújo  
Carmelita Minelio da Silva Amorim  
Edney Leandro da Vitória  
Ednilson Silva Felipe  
Hugo Cristo Sant Anna  
Jorge Luiz dos Santos Junior  
Juliano Pelição Molino  
Mayara Bertolani  
Nathan Marques Dirr  
Sandro José da Silva  
Talita Aparecida Pletsch  
Tatiana Aparecida Ferreira Doin  
Terezinha Rosa de Souza  
Ueber José de Oliveira  
Vânia Moreira R. de Sousa Cirqueira

**Pesquisadores (Bolsistas ICT)**

Ana Kécilly Vieira  
Bárbara Kirmes Marçal  
Eduarda Carolina Gonçalves Lira  
Eduarda Nascimento Soares  
Erick Spalenza  
Igor Luiz de Oliveira  
Laura Amaral Braga  
Letícia Oliveira Santos  
Luana Falchetto Lemos  
Luciana de Paula Thomasi  
Luiz Claudio Cosmi Filho  
Nadine Demuner Patt  
Natallia Barcellos Antunes  
Nathan Ribeiro de Castro  
Paola Sheidegger  
Rafael Augusto Magalhães Ribeiro  
Roberta M. Simoes

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO  
SANTO**

José Renato Casagrande

**VICE-GOVERNADORIA**

Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ECONOMIA E  
PLANEJAMENTO – SEP**

Alvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
– IJSN**

Diretor Presidente

Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos

Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica

Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional

Michele Gasparini de Miranda

## Sumário

Sumário .....	3
Apresentação.....	4
I. O que são Diretrizes?.....	5
II. Premissas na Construção das Diretrizes e os Objetivos do DRS.....	5
III. Estratégias Metodológicas .....	7
A. FASE 1: Sobre os princípios norteadores das diretrizes.....	7
1. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	7
2. Sobre os Princípios do Desenvolvimento Regional.....	9
3. Sobre os Princípios da Sustentabilidade .....	9
B. FASE 2: Sobre as Ações Construtivas nas diretrizes .....	10
1. Sobre a coleta de diretrizes nos planos e documentos oficiais.....	13
2. Sobre o diagnóstico e os quadros de aspirações .....	13
3. Sobre as entrevistas.....	13
C. Estratégia complementar: Análise de conteúdo .....	13
IV. Princípios e Referências de Ações Construtivas para as Diretrizes do DRS	14
A. Fase 1 - Seleção dos Princípios Fundamentais das diretrizes do DRS, por Eixo Temático.....	14
B. 2 Fase 2 – Ações Construtivas.....	31
V. As Diretrizes para os Planos do DRS – Microrregião Nordeste.....	37
Referências .....	47

## **Apresentação**

O presente documento, em linhas gerais, apresenta as Diretrizes que nortearão os Planos de Ação no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – DRS/ES, especialmente com o foco voltado para a microrregião Nordeste do Estado do Espírito Santo.

A microrregião Nordeste é formada pelos municípios de Boa Esperança, Conceição da Barra, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo e São Mateus.

## I. O que são Diretrizes?

Entendemos as diretrizes como orientadores estratégicos que, para o caso do DRS, direcionam a organização das políticas e de suas estratégias de operacionalização, atuando como placas sinalizadoras para os caminhos mais vantajosos que possam ser desenhados para que os projetos e ações efetivamente alcancem resultados em termos de desenvolvimento para a microrregião Nordeste. Elas servem, assim, como base para a tomada de decisão / elaboração / ajustes dos Planos de Ação, etapa posterior à definição as diretrizes.

As diretrizes para o DRS foram elaboradas tendo por base, dentre outras coisas, as principais potencialidades, desafios, problemas e ameaças identificadas a partir do diagnóstico elaborado. Elas são apresentadas conforme os eixos temáticos definidos no Convênio que originou a colaboração da UFES e do IFES ao projeto, a saber: Território: infraestrutura, mobilidade, logística, saneamento, habitação, acesso à internet; Ambiental: disponibilidade e qualidade da água, áreas de preservação, mata nativa, unidades de conservação; Social: saúde, educação, segurança e direitos humanos; Econômico: turismo, cultura, economia criativa, agricultura, indústria, arranjos produtivos e renda; Gestão pública: estrutura institucional e normativa, gestão fiscal, atores institucionais públicos e privados com interesse coletivo.

Para que as diretrizes fossem definidas de forma mais eficiente, foi preciso, necessariamente, (1) levar em conta certas premissas e certos princípios norteadores e (2) ter claramente definidos os objetivos da política pública que se quer desenhar. A não consideração desses elementos criaria uma situação de apontamento de caminhos equivocados para a operacionalização da política, diminuindo, severamente, sua potencialidade de efetivação de resultados. Esses elementos são apresentados na próxima seção.

## II. Premissas na Construção das Diretrizes e os Objetivos do DRS

A perspectiva que permeia o projeto DRS/ES exige que se parta de algumas premissas básicas que, dessa forma, também influenciam diretamente a construção das diretrizes e que, por sua vez, influenciarão os Planos de Ação:

1. O desenvolvimento socioeconômico deve ser pensando como um processo de mudança concomitante da estrutura institucional e da plataforma material (infraestrutura) sobre as quais repousa a dinâmica

econômica e social, tendo como fim último aumentar o bem-estar da população. Nesse sentido, as diretrizes devem combinar avanços institucionais e expansão / melhoria das plataformas físicas e materiais para o desenvolvimento.

2. O desenvolvimento socioeconômico sustentável está ancorado, no longo prazo, na continuidade da expansão da capacidade local de gerar bem-estar social, diminuindo, ao longo do tempo, sua dependência estrutural de intervenções externas. As diretrizes devem apontar, então, para estratégias de aumento da capacidade local de operacionalizar uma política de desenvolvimento sustentável;
3. O desenvolvimento regional sustentável preconiza a valorização dos recursos territoriais (não só ambientais) e das identidades locais, que devem ser articulados em torno da dinâmica da sustentabilidade. As diretrizes devem ser, então, abrangentes, mas desenhada de forma a garantir as especificidades regionais;
4. A sustentabilidade ambiental é um dos elementos norteadores já que esta impõe limites aos quais devem ser submetidas as dinâmicas econômicas e sociais, jamais ultrapassando os limites do equilíbrio com o meio ambiente. As diretrizes devem apontar, então, para o equilíbrio dinâmico entre todos os eixos definidores do DRS;
5. Os resultados de uma política de desenvolvimento regional devem chegar a todas as cidades, distritos e comunidades da microrregião, e, nesse sentido, as diretrizes devem garantir a universalidade do desenvolvimento, a saber, da melhoria nas condições de vida da população em todos os cantos do território;
6. O desenvolvimento não tem uma face única, seja ela econômica, social ou ambiental. O desenvolvimento é complexo e multifacetado. As diretrizes para os planos de ação devem ser concebidas de forma integradas e convergentes entre si e entre todos os eixos integradores do DRS;
7. O desenvolvimento não pode ser concebido fora da atuação dos instrumentos de controle social. O desenvolvimento regional sustentável implica necessariamente em uma gestão compartilhada, com funcionamento efetivo de mecanismos que permitam à sociedade colaborar, participar, acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas. As diretrizes, nesse sentido, devem apontar para a atuação social como necessária à efetividade do Plano de Ação do DRS.

### III. Estratégias Metodológicas

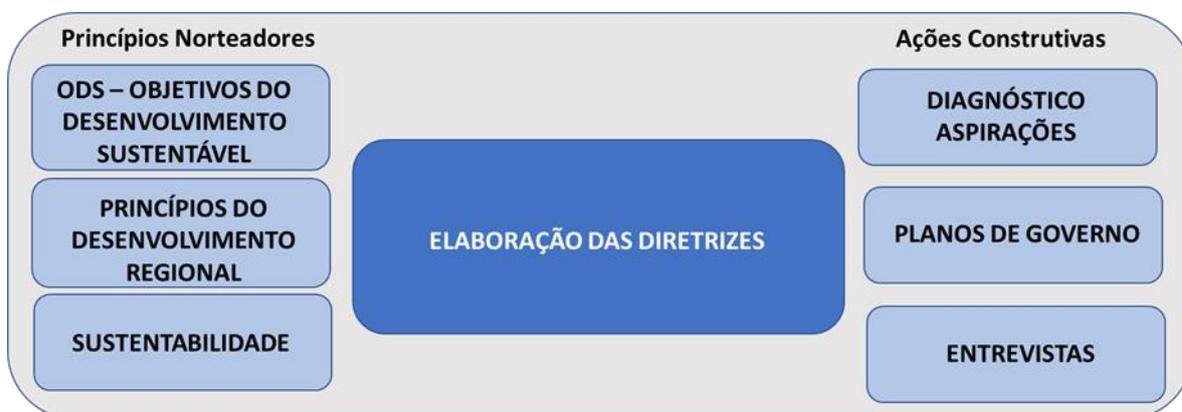
A concepção das Diretrizes se deu por meio de duas fases:

- Fase 1 – Organização dos Princípios Norteadores
- Fase 2 – Organização das Ações Construtivas.

De um lado, os princípios norteadores definirão as linhas gerais e as perspectivas que devem ser consideradas na elaboração das diretrizes. De outro lado, as ações construtivas resgatam as Diretrizes relacionadas às outras etapas de Planejamento e Políticas Públicas no Estado do Espírito Santo, e inclui as aspirações encontradas no Diagnóstico do DRS. Aqui, tem-se o insumo empírico que parte sempre da realidade observada e da construção coletiva e envolvimento dos atores sociais presentes no território.

Na figura 1 sumariza-se o processo de elaboração das diretrizes no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Figura 1: Elementos observados na elaboração das diretrizes



Fonte: elaboração própria

#### A. FASE 1: Sobre os princípios norteadores das diretrizes

##### 1. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se constituem em elementos norteadores de uma nova agenda mundial de desenvolvimento adotada pela Organização das Nações Unidas e seus Estados-membros.

Os ODS foram constituídos de maneira integrada, associados às três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental e são compostos por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030.

Esses objetivos, conjuntamente, buscam assegurar os direitos humanos, erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades, que vão além das econômicas e alcançam, também, as sociais, incluindo as de gênero, as ambientais, ligadas às condições de vida. Por isso, busca enfrentar um dos maiores desafios de nossos tempos: a compatibilidade entre os modelos de crescimento econômico, a preservação e sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Vale lembrar que a busca pela implementação dos ODS deve ocorrer, também, em nível municipal e regional, e, para isso, é necessário garantir certos mecanismos de interlocução entre o poder público e as organizações da sociedade civil nessas duas dimensões espaciais.

Uma vez que as ações voltadas para o alcance das metas do desenvolvimento sustentável exigem articular diferentes políticas públicas (tais como saneamento ambiental, mobilidade urbana, transportes, habitação, educação, etc), os processos de planejamento e gestão da política pública devem abrir espaço para vários atores e várias perspectivas, considerando a integralidade do desenvolvimento.

São Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Erradicação da pobreza. Fome zero e agricultura sustentável. Saúde e bem-estar. Educação de qualidade. Igualdade de gênero. Água limpa e saneamento. Energia limpa e acessível. Trabalho decente e crescimento econômico. Inovação infraestrutura. Redução das desigualdades. Cidades e comunidades sustentáveis. Consumo e produção responsáveis. Ação contra a mudança global do clima. Vida na água. Vida terrestre. Paz, justiça e instituições eficazes. E por fim, Parcerias e meios de implementação, conforme figura 2.

Figura 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas

## 2. Sobre os Princípios do Desenvolvimento Regional

Na perspectiva regional, o desenvolvimento é um processo idiossincrático. Isso quer dizer que cada microrregião, cada território desenvolverá uma trajetória específica pela qual trilhará na busca do seu desenvolvimento, considerando suas especificidades, suas construções sociais, sua história e suas condições estruturais para o desenvolvimento. Assim, não pode haver replicação de uma dinâmica de desenvolvimento em regiões diferentes já que essa trilha de desenvolvimento se constrói, também, a partir das identidades criadas no território (e seus processos de legitimação) e até mesmo da noção do que seja desenvolvimento, coletivamente construído, é elaborada de forma diferenciada no espaço e no tempo.

Vale dizer que nessa perspectiva, o desenvolvimento é em parte endógeno e em parte exógeno. Considera-se, aqui, a exogeneidade do desenvolvimento a partir da consideração de que parte dos investimentos necessários a construir uma plataforma de desenvolvimento é oriunda de outras esferas de governo (estadual ou federal). Também o são algumas políticas derivadas de competências específicas de diferentes esferas de governo. Há políticas públicas que são operacionalizadas nessas esferas (estadual e federal) e que rebatem no nível municipal e regional, sem necessariamente, capacidade de intervenção local. Contudo, sem o elemento endógeno, os processos de desenvolvimento seriam descolados das identidades locais e poderiam, inclusive, provocar processos de desterritorialização.

Assim, as diretrizes para os planos de ação e as ações políticas devem guardar relação com as identidades locais e com as perspectivas de desenvolvimento que são forjadas, com o tempo, nas próprias localidades e que é, necessariamente, diferente para cada espaço e território.

Como referência para essa etapa, o trabalho apoiou-se amplamente nos Princípios debatidos, gestados e priorizados durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) organizada no ano de 2013 pelo Ministério da Integração Nacional, com vistas à formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.

## 3. Sobre os Princípios da Sustentabilidade

A consideração dos princípios de sustentabilidade observa que a análise de conceitos, instrumentos, práticas e instituições relacionadas à preservação ambiental (e todos os seus desdobramentos) são fundamentais para a elaboração as diretrizes para o Plano de Ação / DRS.

Considerar a sustentabilidade como princípio a ser observado na elaboração das diretrizes significa que é preciso levar em conta o manejo ambientalmente correto dos recursos naturais existentes nas microrregiões para que se alcancem evidências de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e equilibrado ambientalmente.

Nessa perspectiva, as políticas de desenvolvimento precisam ser pautadas a partir da sustentabilidade ecológica, aqui entendida como a garantia de certa estabilidade dos recursos naturais e do meio ambiente com melhoria nas condições econômicas de vida da população, concomitante com uma finalidade social: a de uma vida digna e estável para todos os habitantes nos territórios alcançados.

Trazer a sustentabilidade aos princípios de elaboração das diretrizes implica, também e necessariamente, na consideração da inovação e do desenvolvimento tecnológico para viabilizar os processos de desenvolvimento sustentável. Isso porque as tecnologias convencionais podem até apresentar importantes resultados econômicos, mas, em sua maioria, ainda foram concebidas sem profunda preocupação em poupar o meio ambiente, como é o caso, por exemplo, dos modelos de irrigação tradicionais tidos, hoje, como ineficientes em termos de desperdício de água.

## **B. FASE 2: Sobre as Ações Construtivas nas diretrizes**

As Ações Construtivas referem-se ao envolvimento e participação dos interessados na construção de um olhar sistêmico sobre o território. Por essa razão, a elaboração das diretrizes perpassa, também, o uso do diagnóstico da microrregião e dos planos de desenvolvimento oficiais já existentes no Estado do Espírito Santo. Estes representam, por assim dizer, tanto a realidade observada, as aspirações da população e as ações de governo que já vêm sendo implementadas. A observação e consideração das diretrizes já consolidadas nos planos existentes são necessárias para que não haja sobreposição / contradições entre o DRS e os planos de desenvolvimento já em andamento.

As etapas das ações construtivas podem ser observadas abaixo:

Quadro 01: Etapas e estratégias para a elaboração das diretrizes

ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES			RESPONSABILIDADE
	1	COLETA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS EM DOCUMENTOS OFICIAIS	
Coleta de diretrizes ou congêneres nos Planos de Governo já elaborados	1.1	<p>Análise dos documentos oficiais abaixo relacionados (e outros que sejam necessários) buscando neles as suas diretrizes ou congêneres:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Desenvolvimento ES 2030</li> <li>• Plano Estadual de Recursos Hídricos;</li> <li>• Plano Estadual de Resíduos Sólidos;</li> <li>• Planejamento Estratégico do Estado do ES - 2019-2022;</li> <li>• Plano Estadual de Educação;</li> <li>• Plano Estadual de Saúde;</li> <li>• Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento do Arranjo;</li> <li>• Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2019-2022;</li> <li>• Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;</li> <li>• Base de dados do Cadastro Ambiental Rural do Espírito Santo;</li> </ul>	Equipe Arranjo 4
Coleta e análise de informações	2	COLETA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES PRESENTES NO DIAGNÓSTICO	

presentes no Diagnóstico, de forma a indicar os direcionamentos para o Plano de Ação	2.1	Análise de informações presentes no Diagnóstico, de forma a extrair dele elementos consistentes que sejam norteadores e apontem direções necessárias para o desenvolvimento da microrregião, servindo assim com uma diretriz para o Plano de Ações.	Equipe Arranjo 4
	2.2	Análise das informações coletadas a partir dos Quadros de Aspirações construídos durante o Diagnóstico, que expressam, de uma maneira mais clara, as expectativas da população no território. Ou seja, uma construção coletiva a partir de dentro.	
Realização de entrevistas	3	REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS	
	3.1	Realização de algumas entrevistas com atores que demonstraram visões mais sistêmicas sobre as microrregiões, considerando os eixos integradores do DRS.	Equipe Arranjo 4
Transversalidades	4	ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES	
	4.1	A partir dos insumos observados e analisados, foram buscadas as transversalidades / complementaridades entre as diretrizes levantadas, consolidando várias delas em uma mesma diretriz.	Debate entre os pesquisadores do Arranjo 4
	4.2	Criação de um fluxograma das diretrizes para a visualização	

	da transversalidade entre diretrizes x eixos integradores	
--	--	--

### **1. Sobre a coleta de diretrizes nos planos e documentos oficiais**

Os documentos oficiais elaborados pelo Governo do Estado foram sempre os documentos e as premissas de referência na elaboração do diagnóstico e continuarão sendo assim considerados na elaboração das diretrizes, em especial o ES2030 e os Planos Estratégicos de Governo.

### **2. Sobre o diagnóstico e os quadros de aspirações**

As aspirações aqui apresentadas passam pelos seguintes eixos: sociais, ambientais e sanitárias, econômicas e técnicas e são resultados diretos da participação social na elaboração do diagnóstico. Assim, tanto o diagnóstico como as diretrizes serão as fontes de observação e análise da realidade na microrregião, e, por isso mesmo, insumo essencial para elaboração das diretrizes.

### **3. Sobre as entrevistas**

Algumas entrevistas foram realizadas, com seleção de atores que apresentem uma visão mais sistêmica da microrregião, em várias áreas temáticas. Essas entrevistas se deram em vários contextos durante o processo de elaboração do Diagnóstico e envolveram atores com participação efetiva nos temas relativos aos eixos temáticos em análise.

## **C. Estratégia complementar: Análise de conteúdo**

Como estratégia complementar para a elaboração das diretrizes utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2010), tanto na fase 1 quanto na fase 2. Na fase 1, a partir da correlação as três categorias de princípios analisados, buscou-se a congruência de todos os termos que encontrados. Na Fase 2, foram analisados os textos sistematizados nos quadros de aspirações, nas diretrizes dos Instrumentos de Planejamento do Estado do Espírito Santo e nas entrevistas realizadas. Para tanto, utilizou-se como ferramenta de apoio o software ATLAS.ti.

Nesse encaixo, foram percorridos os seguintes passos: a) Pré-análise do conteúdo a partir da releitura de todo o material; b) preparação do material separando-os e codificando-os por Eixos temáticos do DRS e inserindo os

códigos; c) seleção de unidades hermenêuticas a partir de *brainstorm* da equipe de pesquisa (notadamente os elementos do desenvolvimento regional sustentável); seleção das “citações” de destaque, construção de códigos e memos, contagem de palavras e a utilização do recurso “Nuvem de palavras”.

Tecnicamente uma nuvem de palavras analisa a frequência de palavras presentes em um determinado texto, exibindo-as de forma aleatórias e com tamanhos diferenciados em uma figura única em formato de nuvem (DaPaolo & Wilkinson, 2014). De acordo com McNaught e Lam (2010), essa técnica fornece uma visualização especial de texto em que as palavras usadas com mais frequência são efetivamente destacadas por ocuparem mais espaço na representação. As palavras que possuem funções apenas gramaticais e palavras que aparecem com pouca frequência são ocultadas para que a representação resultante mostre claramente as palavras mais importantes em termos de conteúdo a ser considerado.

Assim, a partir das nuvens de palavras geradas tanto na fase de análise dos Princípios, quanto na fase de análise dos documentos relevantes para a organização das diretrizes, foi possível selecionar os elementos-chave, as premissas e os aspectos imprescindíveis a serem considerados na elaboração das diretrizes do DRS. A utilização dessa estratégia foi possível tendo em vista que boa parte das informações utilizadas para geração das nuvens já passou por várias etapas de validação, como é o caso dos documentos que consubstanciam os princípios fundamentais e os planos estratégicos já elaborados no governo do Estado do Espírito Santo.

Ao final, todas as informações relevantes foram analisadas pela equipe do DRS, que consubstanciou os achados em um único quadro dividido por eixos temáticos e subáreas de atuação do DRS.

#### **IV. Princípios e Referências de Ações Construtivas para as Diretrizes do DRS**

##### **A. Fase 1 - Seleção dos Princípios Fundamentais das diretrizes do DRS, por Eixo Temático**

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo foi concebido em cinco eixos temáticos (Território, Social, Econômico, Ambiental e Gestão Pública). Para a microrregião em estudo, foi incluído o Eixo Transversal

- Ciência e Tecnologia, tendo em vista o seu potencial para o apoio e fortalecimento de ações nos demais eixos.

O Eixo Território contempla os seguintes segmentos: Infraestrutura e Logística, Saneamento, Habitação e Tecnologias de Informação. O Eixo Social congrega os seguintes temas: Desigualdade e Pobreza, Saúde, Educação, Segurança, Justiça e Direitos Humanos, Povos e comunidades tradicionais. O Eixo econômico refere-se às seguintes áreas: Estrutura produtiva e renda, Turismo, Cultura, Economias alternativas e Agropecuária. O Eixo Ambiental trata da disponibilidade e qualidade da água e Áreas de preservação e unidades de conservação. O Eixo Gestão pública incorpora a Estrutura institucional e normativa e as Finanças Públicas dos municípios que congregam a microrregião. Por fim, o Eixo Transversal (Ciência e Tecnologia) trata da configuração de um ecossistema de inovação, ciência e tecnologia que pode apoiar o processo de desenvolvimento sustentável.

Nos quadros a seguir, os princípios fundamentais foram selecionados para os Grandes Eixos de análise. Após a organização dos princípios foram construídas as nuvens de palavras que fornecem ao mesmo tempo uma visualização esquemática e uma análise heurística dos princípios.

A seguir, faz-se a correlação dos Eixos temáticos e suas áreas com os princípios consubstanciados nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

### Quadro 02 – Princípios fundamentais para os Eixos Temáticos com base nos ODS.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS
Território	Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (9).</li> <li>• Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (3).</li> <li>• Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos (6).</li> <li>• Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (11).</li> </ul>
	Saneamento	
	Habitação	
	Tecnologias de Informação	
Social	Desigualdade e Pobreza	

	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (1).</li> <li>• Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (2).</li> <li>• Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (05).</li> <li>• Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (3).</li> <li>• Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (4).</li> <li>• Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (16).</li> <li>• Reduzir as desigualdades (10).</li> </ul>
	Educação	
	Segurança, Justiça e Direitos Humanos	
	Povos e comunidades tradicionais	
Econômico	Estrutura produtiva e renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos (8)</li> <li>• Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis (12).</li> <li>• Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (2);</li> <li>• Garantir o acesso a fontes de energia baratas, confiáveis, sustentáveis e modernas para todos (7).</li> </ul>
	Turismo	
	Cultura	
	Economias alternativas	
	Agropecuária	
Ambiental	Disponibilidade e qualidade da água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos (6).</li> <li>• Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável (14).</li> <li>• Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos (13).</li> <li>• Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir</li> </ul>
	Áreas de preservação e unidades de conservação	

		de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade (15).
Gestão pública	Estrutura institucional e normativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parcerias para o desenvolvimento sustentável (17).</li> </ul>
	Finanças Públicas	
Transversal (Ciência e Tecnologia)	Ecossistema de inovação, ciência e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o acesso a fontes de energia baratas, confiáveis, sustentáveis e modernas para todos (7).</li> <li>• Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (9).</li> <li>• Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (11).</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Figura 03: Nuvem de palavras dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaboração Própria por meio do wordclouds.com. Obs.: O tratamento da base de palavras foi realizado por meio do software ATLAS.ti

Continuando o processo de organização dos princípios fundamentais do DRS foram trabalhados os Princípios do Desenvolvimento Regional. Esses são resultantes do trabalho comprometido de diversos especialistas e populações que contribuíram para a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) a fim de fomentar o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. A partir de uma grande lista, fruto de etapas estaduais das conferências, ocorreu a priorização e seleção de 21 princípios fundamentais. No quadro abaixo, faz-se a correlação com os Eixos Temáticos do DRS.

Quadro 03 – Princípios fundamentais para os Eixos Temáticos com base nos Princípios do Desenvolvimento Regional.

EIXO TEMÁTICO	ÁREA	PRINCIPIOS
Território	Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coesão e integração territorial por meio de política permanente de infraestrutura econômica e social, que promova a integração logística, proporcionando escoamento da produção, bem-estar e mobilidade da população e atração de investimentos local/ regional, de forma a garantir sustentabilidade socioeconômica e ambiental (5).</li> </ul>
	Saneamento	
	Habitação	
	Tecnologias de Informação	
Social	Desigualdade e Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução das desigualdades inter e intrarregionais com políticas estruturantes focadas na viabilidade e potencialidades locais, promovendo a distribuição de renda, inclusão social e sustentabilidade, priorizando as populações em situação de vulnerabilidade e garantindo os direitos fundamentais (8).</li> <li>• Educação como principal vetor do desenvolvimento regional com ênfase na formação para a cidadania, empreendedorismo, inovação, ciência e tecnologia e valorização do capital humano, das riquezas naturais, da biodiversidade e da sustentabilidade (4).</li> <li>• Sistema de governança visando a transparência, monitoramento e avaliação dos processos e resultados das políticas públicas, comprometido com a promoção do desenvolvimento equilibrado e socialmente justo, com participação da sociedade civil, clareza nos objetivos, atendimento pleno aos direitos sociais, respeito ao meio ambiente e às diversidades regionais e locais, garantindo a representação e o reconhecimento das organizações das</li> </ul>
	Saúde	

	Educação	<p>minorias, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (12).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Respeito e valorização da diversidade territorial (ambiental, social, cultural e econômica) de cada região, com suas especificidades, dentro do campo do respeito às diferenças históricas de contexto, de raça, de gênero, de geração, bem como estruturais dos territórios, estados e regiões, em sintonia com os objetivos das políticas nacionais de desenvolvimento, incorporando os princípios da sustentabilidade socioambiental e da economia solidária (16).</li> <li>• Desenvolvimento regional inclusivo e solidário, com critérios de distribuição que favoreçam as regiões com menor índice de desenvolvimento, valorizando a diversidade de culturas, saberes populares, identidades, gêneros, gerações, etnias, ambientais, territoriais e potencialidades regionais, os legados históricos dos estados, Distrito Federal, municípios e comunidades locais, bem como o pacto federativo, incorporando todas as dimensões da sustentabilidade e perseguindo a competitividade e a equidade de oportunidades (2).</li> </ul>
	Segurança, Justiça e Direitos Humanos	
	Povos e comunidades tradicionais	
Econômico	Estrutura produtiva e renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do desenvolvimento regional garantindo a diversificação e integração das cadeias produtivas, potencialização dos APLs e das ações cooperadas, associativas e solidárias, que contribua para a geração de renda e considere o sistema produtivo e o meio ambiente, de forma a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, priorizando a inclusão das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar (3).</li> <li>• Participação de todas as Unidades da Federação na PNDR, com o objetivo de promover, em todo o território brasileiro, a redução das desigualdades socioeconômicas com responsabilidade socioambiental e estimular a dinamização de áreas estagnadas e de baixo dinamismo (7).</li> </ul>
	Turismo	
	Cultura	
	Economias alternativas	
	Agropecuária	
Ambiental	Disponibilidade e qualidade da água	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar estratégias de desenvolvimento sustentável, que fortaleçam as vocações locais e as potencialidades regionais (21).</li> </ul>

	Áreas de preservação e unidades de conservação	
Gestão pública	Estrutura institucional e normativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia da transparência, participação e controle social, com poder deliberativo e representação paritária e plural (incluindo todos os segmentos) em todas as fases da PNDR - formulação, regulamentação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, de seus objetivos e metas - e demais políticas de desenvolvimento regional, inclusive em projetos de grande porte, nas três esferas de governo, por meio de instâncias competentes (1).</li> <li>• Criação de um sistema de financiamento para o desenvolvimento regional, com o FNDR como principal instrumento, de forma desburocratizada, priorizando o desenvolvimento sustentável, alinhando recursos públicos e privados, validados por um sistema de governança Federal, Estadual e/ou Macrorregional (6).</li> <li>• Prioridade nas linhas de financiamento para o desenvolvimento econômico e social das RIDEs (Regiões integradas de desenvolvimento), regiões metropolitanas, faixa de fronteira, regiões com alto índice de migração, regiões de baixo dinamismo econômico e estagnadas, contribuindo para a melhoria do IDH e respeitando a diversidade cultural (10).</li> </ul>
	Finanças Públicas	
Transversal (Ciência e Tecnologia)	Ecosistema de inovação, ciência e tecnologia	<p>Fortalecimento e integração estratégica dos sistemas nacional, regional e estadual de ciência, tecnologia e inovação, priorizando as vocações locais (13).</p> <p>Criação de sistemas produtivos locais inovadores por meio da interiorização das instituições de ensino e pesquisa em todos os níveis governamentais, valorizando a vocação produtiva regional (20).</p>

Fonte: Elaboração própria com base no Relatório Final da Priorização da Etapa Nacional na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Obs.: A numeração apresentada segue a priorização estabelecida na I CNDR.

Figura 04: Nuvem de palavras dos Princípios do desenvolvimento Regional Sustentável



Fonte: Elaboração Própria por meio do wordclouds.com. Obs.: O tratamento da base de palavras foi realizado por meio do software ATLAS.ti

O terceiro passo para a organização de princípios fundamentais que regem as Diretrizes dos Planos de ação para o DRS foi a organização dos Princípios da Sustentabilidade. Para tanto, volta-se ao primeiro capítulo do Diagnóstico realizado para a microrregião onde foram apresentados os conceitos orientadores do trabalho, entre eles o de Sustentabilidade. Isso foi feito com base na literatura especializada, mas com especial atenção aos Princípios evocados na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, aprovados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro-Brasil no ano de 1992 (a Eco-92). Na ocasião, foram declarados 27 princípios, no quadro abaixo eles foram correlacionados com os eixos temáticos do DRS. Importante ressaltar que em todos os princípios foram listados, especialmente porque alguns tratam de perspectivas mais globais.

Quadro 04 – Princípios fundamentais para os Eixos Temáticos com base nos Princípios da Sustentabilidade.

EIXO TEMÁTICO	ÁREA	PRINCÍPIOS
Território	Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>Os Estados devem desenvolver legislação nacional relativa à responsabilidade e indenização das vítimas de poluição e outros danos ambientais. Os Estados devem, ainda, cooperar de forma expedita e determinada para o desenvolvimento de normas de direito internacional ambiental relativas à responsabilidade e indenização por efeitos adversos de danos ambientais causados, em áreas fora de sua jurisdição, por atividades dentro de sua jurisdição ou sob seu controle (13).</li> </ul>
	Saneamento	
	Habitação	
	Tecnologias de Informação	
Social	Desigualdade e Pobreza	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo (5).</li> <li>Os Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação,</li> </ul>
	Saúde	

	Educação	<p>proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre(7).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A melhor maneira de tratar questões ambientais e assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar de processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a procedimentos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos (10).</li> <li>• As mulheres desempenham papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena e, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável (20).</li> <li>• As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável (22).</li> <li>• O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação devem ser protegidos (23).</li> <li>• A paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes indivisíveis (25)</li> </ul>
	Segurança, Justiça e Direitos Humanos	
	Povos e comunidades tradicionais	

Econômico	Estrutura produtiva e renda	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>Para atingir o desenvolvimento sustentável e mais alta qualidade de vida para todos, os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas (8).</li> </ul>
	Turismo	
	Cultura	
	Economias alternativas	
	Agropecuária	
Ambiental	Disponibilidade e qualidade da água	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras (3).</li> <li>Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste (4).</li> <li>Os Estados devem adotar legislação ambiental eficaz. Padrões ambientais e objetivos com prioridades em matéria de ordenação do meio ambiente devem refletir o contexto ambiental e de desenvolvimento a que se aplicam. Padrões utilizados por alguns países podem resultar inadequados para outros, em especial países em desenvolvimento, acarretando custos sociais e econômicos injustificados (11).</li> </ul>
	Áreas de preservação e unidades de conservação	
Gestão pública	Estrutura institucional e normativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas capacidades. Quando houver ameaça de</li> </ul>
	Finanças Públicas	

		<p>danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (15).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação do impacto ambiental, como instrumento nacional, deve ser empreendida para atividades planejadas que possam vir a ter impacto negativo considerável sobre o meio ambiente, e que dependam de uma decisão de autoridade nacional competente (17).</li> </ul>
Transversal (Ciência e Tecnologia)	Ecossistema de inovação, ciência e tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza (1).</li> <li>• Os Estados devem cooperar com vistas ao fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, pelo aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimento científico e tecnológico, e pela intensificação do desenvolvimento, adaptação, difusão, e transferência de tecnologias, inclusive tecnologias novas e inovadoras (9).</li> <li>• A criatividade, os ideais e a coragem dos jovens do mundo devem ser mobilizadas para forjar uma parceria global com vistas a alcançar o desenvolvimento sustentável e assegurar um futuro melhor para todos (21).</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria com base na declaração do Rio de Janeiro, Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, em junho de 1992.



Quadro 05 – Princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento Regional do Espírito Santo.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS
Território	Infraestrutura e Logística	Transformação dos territórios em espaços resilientes, com alta integração sem interferir negativamente no patrimônio arquitetônico-histórico-social e cultural.
	Saneamento	Garantia de acesso universal à água potável e de soluções adequadas de esgotamento sanitário em todos os cantos do território.
	Habitação	Habitação irrestritas em condições adequadas de segurança e proteção à vida, de mobilidade e acesso facilitado a equipamentos de cultura e lazer.
	Tecnologias de Informação	Acesso a serviços de tecnologia da informação com promoção da universalidade e maior dinamismo e integração dos setores produtivos, e facilitação dos recursos educacionais e culturais.
Social	Desigualdade e Pobreza	Eliminação da fome e redução substantiva das desigualdades em todos as suas formas (renda, gênero, raça, etnia, etc.) por meio de ações inclusivas, aproveitando os potenciais regionais de produção sustentável.
	Saúde	Acesso universal à saúde com disponibilidade regionalizada dos equipamentos, tendo acolhimento e prevenção como aspectos essenciais.
	Educação	Valorização da educação como estratégia de inclusão, de qualidade de vida e de uma sociedade mais equitativa com amplas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

	Segurança, Justiça e Direitos Humanos	Promoção da paz e a proteção de populações e grupos fragilizados pelo processo de desenvolvimento vigente, proporcionando o acesso à justiça para todos, construindo instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis.
	Povos e comunidades tradicionais	As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os entes públicos devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.
Econômico	Estrutura produtiva e renda	Promoção do desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento regional, priorizando o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, eliminando formas insustentáveis de produção e consumo.
	Turismo	Turismo regional integrado como estratégia de desenvolvimento sustentável articulada com a valorização da diversidade de culturas, saberes populares, identidades, gêneros, gerações, etnias, ambientais, territoriais e potencialidades regionais, sempre respeitando os limites dos espaços e das comunidades.
	Cultura	Respeito e valorização das diferenças históricas de contexto, de raça, de gênero, de geração, bem como estruturais dos territórios, estados e regiões, incorporando os princípios da

		sustentabilidade socioambiental e da economia solidária.
	Economias alternativas	Integração das iniciativas regionais, das ações cooperadas, associativas e solidárias, que contribua para a geração de renda e considere o sistema produtivo e o meio ambiente, de forma a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, priorizando a inclusão das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar.
	Agropecuária	Promoção da agricultura sustentável e integradora da região em todos os níveis, que seja ao mesmo tempo estratégia de segurança alimentar e nutricional e de garantia de produção e consumo sustentável e de geração de emprego e renda para as famílias e comunidades locais.
Ambiental	Disponibilidade e qualidade da água	Conservar e usar de forma sustentável todos os recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras.
	Áreas de preservação e unidades de conservação	Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.
Gestão pública	Estrutura institucional e normativa	Garantia da transparência, participação e controle social, com poder deliberativo e representação paritária e plural (incluindo todos os segmentos) em todas as fases, ou seja, na formulação, regulamentação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, de seus objetivos e metas - e demais políticas de desenvolvimento

		regional, inclusive em projetos de grande porte, nas três esferas de governo, por meio de instâncias competentes.
	Finanças Públicas	Criação de um sistema de financiamento para o desenvolvimento regional, de forma desburocratizada, priorizando o desenvolvimento sustentável, alinhando recursos públicos e privados, validados por um sistema de governança Federal, Estadual e/ou Macrorregional, priorizando regiões com alto índice de migração, regiões de baixo dinamismo econômico e estagnadas, contribuindo para a melhoria do IDH e respeitando a diversidade cultural.
Transversal (Ciência e Tecnologia)	Ecosistema de inovação, ciência e tecnologia	Incentivo à inovação como base para a construção de regiões resilientes, com espaços mais inclusivos e integradores, promovendo sistemas produtivos locais inovadores por meio da interiorização das instituições de ensino e pesquisa em todos os níveis governamentais.

## B. 2 Fase 2 – Ações Construtivas

Tal como explicitado na seção de metodologia, as ações construtivas trazem as especificidades relacionadas a problemas e desafios de cada um dos Eixos Temáticos. Além disso, a partir dos resultados apurados no diagnóstico elaborado pela equipe de pesquisa e do olhar de especialistas entrevistados foi possível reunir os aspectos fundamentais da microrregião e que devem ser objeto de atenção das diretrizes.

Passamos então para a análise proveniente dos achados do Diagnóstico do DRS realizado entre os meses de junho e dezembro de 2020 na microrregião. Lembra-se, mais uma vez, que a nuvem de palavra não é apenas uma representação esquemática, mas sim um instrumento que fornece as pistas necessárias para que a equipe de trabalho analise o conteúdo de forma mais assertiva. A seguir, a título de exemplo, apresentamos a nuvem de palavras gerada a partir das aspirações sistematizados para o Eixo Social do Diagnóstico da Microrregião Nordeste.



- Planos de Bacias Hidrográficas e Enquadramento do Arranjo;
- Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESDS - 2019-2022);

A partir da análise, foram listadas as diretrizes existentes. Vale ressaltar que como não há uma padronização de metodologias, nem todos os planos trazem diretrizes explícitas. De toda forma, foi possível identificá-las ao longo das análises.

Ao todo foram listadas aproximadamente 500 diretrizes divididas em várias áreas. No quadro a seguir são apresentados os instrumentos de Planejamento, suas respectivas áreas e a correlação com os Eixos Temáticos do DRS.

**Quadro 06: Correlação entre os Instrumentos de Planejamento e os Eixos Temáticos do DRS**

<b>Instrumento de Planejamento</b>	<b>Área</b>	<b>Eixo Temático correlacionado</b>
PEHAB	Habitação	Território (Habitação)
PERS	Resíduos Sólidos	Território (Saneamento)
PERH	Recursos Hídricos	Ambiental (Disponibilidade e qualidade da água; Áreas de preservação e unidades de conservação)
PDES 2030	Bases sociais	Social (Desigualdade e pobreza; Saúde, Educação; Segurança, Justiça e Direitos Humanos), Território (Infraestrutura e Logística) Transversal (Ecossistema de inovação) Econômico (Estrutura produtiva e renda) Gestão Pública (Estrutura institucional e normativa)
	Capital social e qualidade das instituições	
	Segurança cidadã	
	Educação	
	Saúde	
	Infraestrutura, logística e comunicação	
	Ciência, Tecnologia e Inovação	
	Energia, petróleo e gás	
	Negócios, trabalho e renda	
	Inserção competitiva	
	Economia verde	
PE 2019-2022	Integrar	Social (Desigualdade e pobreza; Saúde, Educação;
	Segurança	
	Educação	
	Saúde	

	Infraestrutura	Segurança, Justiça e Direitos Humanos), Território (Infraestrutura e Logística) Transversal (Ecossistema de inovação) Econômico (Estrutura produtiva e renda, Agropecuária, Turismo e Cultura) Gestão Pública (Estrutura institucional e normativa)
	Gestão Pública	
	Desenvolvimento Econômico	
	Direitos Humanos	
	Agricultura Familiar, Agronegócio e Meio Ambiente	
	Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
PELTES	Logística e Transportes	Território (Infraestrutura e Logística)
PEE	Educação	Social (Educação)
PES – 2020-2023	Saúde	Social (Saúde)
PESDS - 2019-2022)	Segurança	Social (Segurança)

A análise das diretrizes de todos esses Planos aponta para algumas considerações necessárias:

- a) Algumas diretrizes dos Instrumentos de Planejamento são afeitas ao funcionamento da máquina do Estado e não se correlacionam diretamente com a perspectiva do desenvolvimento Regional Sustentável;
- b) A robustez de alguns Instrumentos de Planejamento, inclusive por incorporarem a perspectiva da integração regional (PERS, PERH, etc.) e por terem sido concebidos muito recentemente, dispensam a incorporação de diretrizes em um novo Plano, sob pena de se desenhar ações sobrepostas;
- c) Em termos de áreas, os Eixos temáticos do DRS são cobertos ao menos por um instrumento de Planejamento. Mas isso não significa que eles deem conta das ações necessárias à promoção do desenvolvimento da microrregião dada a complexidade inerente ao planejamento regional;
- d) A correlação entre os planos de governo e os eixos temáticos do DRS revela pouca atenção dispensada aos temas: Tecnologias da informação (Eixo Território), Povos e Comunidades Tradicionais (Eixo social), Economias alternativas (Eixo Econômico) e Finanças públicas (Eixo Gestão Pública);



É interessante notar, a partir das aspirações diagnosticadas na microrregião, fruto dos problemas e desafios observados ao longo dos estudos, que os instrumentos de planejamento e suas diretrizes ainda não deram conta de solucionar as lacunas das políticas públicas.

Por fim, destacamos as entrevistas realizadas com especialistas ligados ao desenvolvimento regional na microrregião. Além de uma visão histórica e sistêmica sobre o Estado, elas apontam os problemas prementes e que ainda não foram superados pelas estratégias de planejamento existentes até o momento. Essas entrevistas foram realizadas ao longo de todas as etapas do Desenvolvimento do Diagnóstico, transcritas e sistematizadas em arquivos. A seguir apresenta-se, como exemplo, a nuvem de palavras de uma entrevista relativa ao tema Educação na microrregião.

Figura 08: Nuvem de palavras de entrevista sobre o tema Educação na Microrregião Nordeste



Fonte: Elaboração Própria por meio do wordclouds.com. Obs.: O tratamento da base de palavras foi realizado por meio do software ATLAS.ti

## **V. As Diretrizes para os Planos do DRS – Microrregião Nordeste**

Após percorrer os caminhos metodológicos planejados, foi possível chegar a um conjunto de Diretrizes Substantivas para o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo. Parte-se da premissa básica de que o Estado não deve assumir necessariamente o papel de provedor, mas sim de tutor, ou seja, articulando e apontando as direções necessárias e atuando na correção das ações em favor do Desenvolvimento Regional Sustentável.

A lista de Diretrizes dispostas por Eixos temáticos e suas subáreas busca dar conta de três aspectos congruentes: 1) Consonância com os princípios fundamentais do DRS; 2) Atendimento a aspirações não adequadamente abarcadas pelo escopo e diretrizes de outros instrumentos de Planejamento; 3) Consustanciação entre a perspectiva regional e da sustentabilidade. O atendimento a esses três aspectos foram, portanto, a condição *sine qua non* para a seleção/proposição das diretrizes.

Há que se ter em mente sempre que as Diretrizes apontam os caminhos, os rumos pelos quais nascerão as ações e as estratégias a serem adotadas para que os objetivos no Plano sejam alcançados. Diferentemente dos princípios que trazem os valores fundamentais, as diretrizes apontam para aspectos mais organizativos, pragmáticos e territorializados que viabilizem/orientem os objetivos.

No quadro a seguir as diretrizes para a microrregião Nordeste são apresentadas.

Quadro 07: Diretrizes para o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo, Microrregião Nordeste

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
Território	Infraestrutura e Logística	Transformação dos territórios em espaços resilientes, com alta integração sem interferir negativamente no patrimônio arquitetônico-histórico-social e cultural	<p><b>DO1.</b> Expansão e modernização das condições de infraestrutura (incluindo energia elétrica) e de logística, com multimodalidade e integração das principais cidades, pautadas em formação de eixos horizontais, ligando o litoral ao interior, inclusive conectando o leste de Minas Gerais.</p> <p><b>DO2.</b> Busca de uniformidade nas legislações municipais de ordenamento territorial e ocupação do solo e convergência regional dos instrumentos de gestão territorial, aumentando o grau de planejamento da expansão urbana e avançando no ordenamento da ocupação rural.</p> <p><b>DO3.</b> Integração dos sistemas de transporte coletivo entre as principais cidades da microrregião, conectando, também, as principais comunidades rurais ao transporte público.</p>
	Saneamento	Garantia de acesso universal à água potável e de soluções adequadas de esgotamento sanitário em todos os cantos do território.	<p><b>DO4.</b> Modernização institucional, capacitação de pessoas em atuação direta com o saneamento e fortalecimento dos consórcios regionais voltados ao tema.</p> <p><b>DO5.</b> Garantia de universalização do acesso à água e ao tratamento de esgoto, sempre em conexão com as políticas de educação e de saúde, dada a convergência e interdependência entre esses temas.</p>

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
			<b>DO6.</b> Consideração regionalizada das questões financeiras para o financiamento de planos e projetos voltados ao saneamento quando o impacto desses projetos ultrapassem os limites dos municípios.
	Habitação	Habitação irrestritas em condições adequadas de segurança e proteção à vida, de mobilidade e acesso facilitado a equipamentos de cultura e lazer.	<p><b>DO7.</b> Redução do déficit de habitação, principalmente pautada em habitações de interesse social e mitigação de efeitos ambientais e sociais negativos da ocupação irregular, com garantia da oferta de serviços públicos de qualidade, incluindo as comunidades do meio rural.</p> <p><b>DO8.</b> Criação de mecanismos de planejamento e coordenação regional para adequação de habitações e de aglomerados residenciais nos municípios, pautada no conceito de moradia digna e que façam convergir as políticas de habitação com aquelas voltadas para a cultura e lazer.</p>
	Tecnologias de Informação	Acesso a serviços de tecnologia da informação com promoção da universalidade e maior dinamismo e integração dos setores produtivos, e facilitação dos recursos educacionais e culturais.	<p><b>DO9.</b> Ampliação do uso das tecnologias da informação para monitoramento e fiscalização da dinâmica de uso e ocupação do solo, bem como dos fluxos logísticos, criando condições antecipadas de planejamento das intervenções públicas.</p> <p><b>D10.</b> Garantia de universalização do acesso aos serviços públicos de comunicação com qualidade, incluindo telefonia e internet.</p>
Social	Desigualdade e Pobreza	Eliminação da fome e redução substantiva das desigualdades em todos as suas formas (renda,	<b>D11.</b> Articulação entre as políticas sociais federais e estaduais com as de âmbito local e regional, cuidando para suas convergências e sincronidade

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		gênero, raça, etnia, etc.) por meio de ações inclusivas, aproveitando os potenciais regionais de produção sustentável.	e criando instrumento de monitoramento constante das condições de fome e pobreza na microrregião.  <b>D12.</b> Fomento e capacitações de habilidades individuais com busca na autonomia pessoal e financeira, transformando capacidades em trabalho e renda.
	Saúde	Acesso universal à saúde com disponibilidade regionalizada dos equipamentos, tendo acolhimento e prevenção como aspectos essenciais.	<b>D13.</b> Planejamento regionalizado dos serviços de saúde e incentivo à cooperação entre os municípios, mesmo para temas de competência municipal.  <b>D14.</b> Promoção de campanhas e estímulos a estilos de vida e de adesão a hábitos saudáveis, de forma a reduzir a vulnerabilidade a adoecer.  <b>D15.</b> Abertura de diálogo com os governos de Minas Gerais e da Bahia, a fim de diminuir a pressão de demanda sobre os equipamentos de saúde da microrregião (fundamentalmente em São Mateus), que tem impactado fortemente o atendimento de demandas locais por serviços de saúde.
	Educação	Valorização da educação como estratégia de inclusão, de qualidade de vida e de uma sociedade mais equitativa com amplas oportunidades de	<b>D16.</b> Promoção da articulação regional para enfrentamento de desafios educacionais semelhantes por partes dos municípios, incluindo infraestrutura, tecnologia da informação e práticas pedagógicas.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		aprendizagem ao longo da vida para todos.	<p><b>D17.</b> Consolidação junto a população local de valorização da educação formal em todos os níveis e modalidades, ampliando a percepção da relação entre educação e qualidade de vida.</p> <p><b>D18.</b> Manutenção permanente de diálogos entre as diferentes esferas de ensino (básico, fundamental, médio, superior e profissional) de forma a promover um intercâmbio de soluções criativas, coletivas e institucionais para desafios comuns.</p> <p><b>D19.</b> Apoio efetivo para a sustentabilidade das escolas rurais e que operam em regime de alternância.</p>
	Segurança, Justiça e Direitos Humanos	Promoção da paz e a proteção de populações e grupos fragilizados pelo processo de desenvolvimento vigente, proporcionando o acesso à justiça para todos, construindo instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis.	<p><b>D20.</b> Promoção e unificação e entrelaçamento de objetivos e ações políticas no âmbito dos temas segurança, justiça e direitos humanos, articulando as políticas locais com as de outros níveis de governo, com especial atenção para o combate às drogas no meio rural e à violência contra mulheres e crianças.</p> <p><b>D21.</b> Promoção de campanhas regionais voltadas para a eliminação das desigualdades historicamente arraigadas, principalmente as de raça e de gênero.</p>
	Povos e comunidades tradicionais	As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel	<b>D22.</b> Fortalecimento econômico e social das comunidades tradicionais, com valorização de suas características históricas, apoiando as formas de

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os entes públicos devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável.	<p>geração de renda e garantindo a oferta de serviços públicos às comunidades, principalmente saúde e educação.</p> <p><b>D23.</b> Valorização da cultura e história indígena e quilombola e criação de um Conselho de povos e comunidades tradicionais para cuidar do planejamento de políticas públicas afetas a esses grupos, cuidando para a integração completa e positiva desses povos na dinâmica econômica e social regional.</p>
Econômico	Estrutura produtiva e renda	Promoção do desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento regional, priorizando o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, eliminando formas insustentáveis de produção e consumo.	<p><b>D24.</b> Reposicionamento local na “Economia da Energia”, rearticulando o setor e reconstruindo a capacidade de atração de empresas para o setor de petróleo, gás natural, biocombustível e de geração de formas alternativas de energia elétrica;</p> <p><b>D25.</b> Recuperação da capacidade da microrregião de atrair investimentos produtivos, com consolidação de competitividade regional para além do eixo BR 101 e fortalecimento e adensamento das cadeias produtivas locais, valorizando a diversificação econômica da microrregião.</p>
	Turismo	Turismo regional integrado como estratégia de desenvolvimento	<b>D26.</b> Recuperação do protagonismo estadual no turismo, retomando sua posição de liderança e referência de turismo de praia e de festas populares.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		sustentável articulada com a valorização da diversidade de culturas, saberes populares, identidades, gêneros, gerações, etnias, ambientais, territoriais e potencialidades regionais, sempre respeitando os limites dos espaços e das comunidades.	<b>D27.</b> Diversificação da oferta turística, considerando novos comportamentos do turista, novos modelos de negócios turísticos e novas demandas turísticas, incluindo o turismo comunitário, o turismo marítimo, turismo religioso e turismo ambiental.
	Cultura	Respeito e valorização das diferenças históricas de contexto, de raça, de gênero, de geração, bem como estruturais dos territórios, estados e regiões, incorporando os princípios da sustentabilidade socioambiental e da economia solidária.	<b>D28.</b> Valorização das identidades culturais locais, ampliando as possibilidades de geração de renda com base na cultura e histórica dos povos locais.
	Economias alternativas	Integração das iniciativas regionais, das ações cooperadas, associativas e solidárias, que contribua para a geração de renda e considere o sistema produtivo e o meio ambiente, de forma a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, priorizando a	<b>D29.</b> Valorização da economia criativa, solidária e dos movimentos coletivos locais com o fortalecimento da geração de renda nos pequenos negócios.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		inclusão das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar.	
	Agropecuária	Promoção da agricultura sustentável e integradora da região em todos os níveis, que seja ao mesmo tempo estratégia de segurança alimentar e nutricional e de garantia de produção e consumo sustentável e de geração de emprego e renda para as famílias e comunidades locais.	<p><b>D30.</b> Modernização das atividades agropecuárias e aumento dos esforços de ciência, tecnologia e inovação, com foco no aumento da competitividade das culturas locais, primando pela redução dos impactos ambientais dessas atividades.</p> <p><b>D31.</b> Direcionamento e adoção de políticas que incentivem a consolidação de indicações geográficas.</p>
Ambiental	Disponibilidade e qualidade da água	Conservar e usar de forma sustentável todos os recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras.	<p><b>D32.</b> Transição para tomadas de decisões de investimentos produtivos baseadas em uma matriz de conexão entre a disponibilidade hídrica e as atividades econômicas da microrregião, criando condições de diminuir os impactos econômicos e sociais decorrentes restrições hídricas na microrregião.</p> <p><b>D33.</b> Fortalecimento dos programas de educação ambiental, levando a população a posturas mais favoráveis a preservação ambiental e à sustentabilidade.</p>
	Áreas de preservação e	Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante	<b>D34.</b> Promoção da valorização local das unidades de conservação e áreas de proteção, assegurando uma maior conscientização dos atores locais

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
	unidades de conservação	do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste.	quanto a sua importância na prestação de serviços ambientais ao entorno, contribuindo para a melhoria da qualidade da vida da população.
Gestão pública	Estrutura institucional e normativa	Garantia da transparência, participação e controle social, com poder deliberativo e representação paritária e plural (incluindo todos os segmentos) em todas as fases, ou seja, na formulação, regulamentação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, de seus objetivos e metas - e demais políticas de desenvolvimento regional, inclusive em projetos de grande porte, nas três esferas de governo, por meio de instâncias competentes.	<p><b>D35.</b> Fortalecimento dos consórcios regionais e ampliação das suas formas e temas de atuação.</p> <p><b>D36.</b> Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento, dotando-o de uma institucionalidade robusta, de secretaria executiva e de instrumentos capazes de executar ações para o desenvolvimento regional sustentável.</p> <p><b>D37.</b> Criação de mecanismos de participação social na definição dos programas, projetos e ações para o desenvolvimento, permitindo que a população, por suas formas de participação, possa acompanhar e fiscalizar o funcionamento da política de desenvolvimento regional sustentável.</p>
	Finanças Públicas	Criação de um sistema de financiamento para o desenvolvimento regional, de forma desburocratizada, priorizando o desenvolvimento sustentável, alinhando recursos	<b>D38.</b> Modernização institucional dos instrumentos de finanças públicas, com fins de amenizar as dificuldades e impactos negativos regionais da falta de recursos e aumentar a eficiência dos gastos por parte dos municípios da microrregião.

EIXO TEMÁTICO	AREA	PRINCIPIOS	DIRETRIZES
		públicos e privados, validados por um sistema de governança Federal, Estadual e/ou Macrorregional, priorizando regiões com alto índice de migração, regiões de baixo dinamismo econômico e estagnadas, contribuindo para a melhoria do IDH e respeitando a diversidade cultural.	
Transversal (Ciência e Tecnologia)	Ecosistema de inovação, ciência e tecnologia	Incentivo à inovação como base para a construção de regiões resilientes, com espaços mais inclusivos e integradores, promovendo sistemas produtivos locais inovadores por meio da interiorização das instituições de ensino e pesquisa em todos os níveis governamentais.	<b>D39.</b> Aproveitamento sistemático das sinergias potenciais criadas pelas instituições de ensino superior na microrregião, com articulação para que a ciência, as pesquisas, e as inovações desenvolvidas na microrregião se materializem em melhora na qualidade de vida das pessoas.

Considerando essas Diretrizes, o Governo do Estado do Espírito Santo terá condições de estabelecer os objetivos e metas que servirão de referência para os Programas, Projetos e Ações.

### **Referências**

DaPaolo, C.A., & Wilkinson, K. (2014). **Get your head into the clouds: Using word clouds for analyzing qualitative assessment data.** Tech Trends, 58 (3), 38-44. doi:10.1007/s11528-014-0750-9

McNaught, C., & Lam, P. (2010). **Using Wordle as a supplementary research tool.** The Qualitative Report, 15(3), 630–643.

BARDIN, Laurence (2010). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.